

Diário Notícias

04-12-2014

Periodicidade: Diário**Classe:** Informação Geral**Âmbito:** Nacional**Tiragem:** 56361**Temática:** Justiça**Dimensão:** 934**Imagem:** S/Cor**Página (s):** 1/12**RELATÓRIO****Bruxelas pede
mão mais pesada
para a corrupção**

● O alerta está num relatório dedicado a Portugal. A Comissão Europeia quer que os tribunais portugueses apliquem mais condenações e penas mais pesadas aos suspeitos de corrupção, apontando que polícias e Ministério Público podem ser mais eficazes com mais meios financeiros. **PORTUGAL** PÁG. 12

Bruxelas quer que Portugal tenha mais condenações nos casos de corrupção

Justiça. Apesar das recentes suspeitas que envolvem figuras do Estado e o ex-primeiro-ministro José Sócrates, autoridades europeias defendem que o DCIAP e a PJ não conseguem ser eficazes nas investigações por falta de meios financeiros

FILIPA AMBRÓSIO DE SOUSA

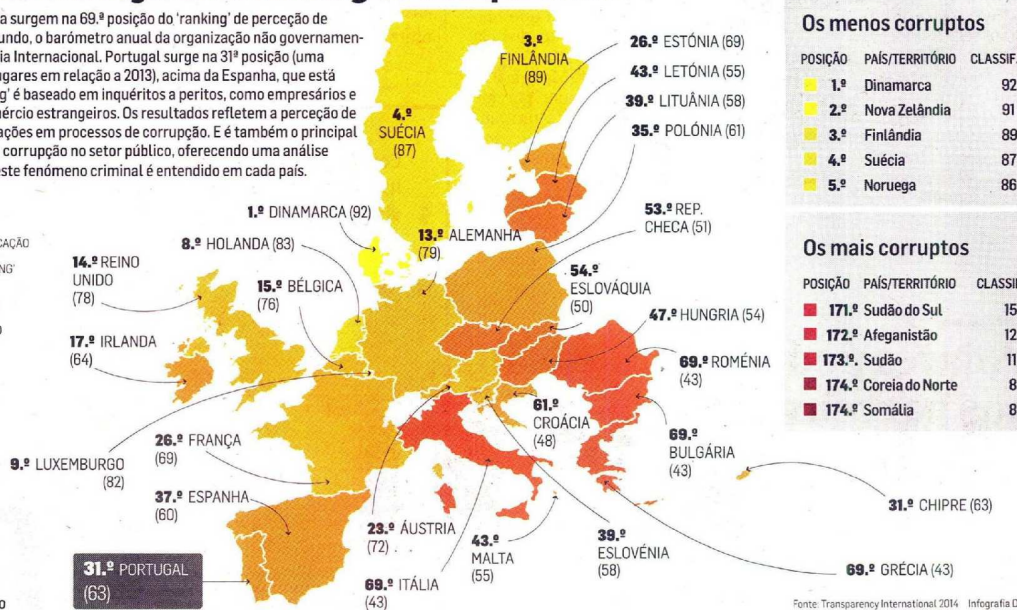
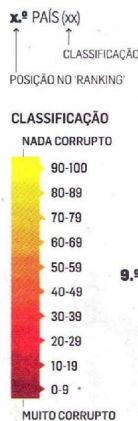
A Comissão Europeia quer que os tribunais portugueses apliquem penas mais pesadas aos suspeitos de corrupção. Ou seja: mais condenações em consequência das investigações e um registo de resultados comprovados em cada caso investigado pelas polícias e Ministério Público.

O alerta surge num relatório de dez páginas sobre anticorrupção da União Europeia (UE), exclusivamente dedicado a Portugal. É divulgado numa altura em que altas figuras do Estado como o diretor do Instituto dos Registos e Notariado e o ex-diretor do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras estão presos (preventivamente e em domiciliária) por suspeitas na atribuição ilegal de vistos *gold*. E, mais ainda, numa altura em que pela primeira vez um ex-chefe do executivo, José Sócrates, está também preso preventivamente por suspeitas de corrupção ativa e passiva, fraude fiscal e branqueamento de capitais.

"Apesar de terem sido implementadas várias iniciativas de luta contra a corrupção ao longo da última década, incluindo nova legislação, não existe uma estratégia nacional em vigor de luta contra a corrupção", explica o relatório. A Comissão Europeia – citando o barómetro anual da Transparência Internacional, organização não governamental que avalia anualmente 175 países em todo o mundo – denuncia a falta de eficiência do Departamento Central de Investigação e Ação Penal (DCIAP) e da Unidade Nacional de Combate à Corrupção (UNCC) da PJ, devi-

Subida de dois lugares no ranking de transparência

A Grécia e a Itália surgem na 69.ª posição do 'ranking' de perceção de corrupção no mundo, o barómetro anual da organização não governamental Transparência Internacional. Portugal surge na 31.ª posição (uma subida de dois lugares em relação a 2013), acima da Espanha, que está na 37.ª. O 'ranking' é baseado em inquéritos a peritos, como empresários e câmaras de comércio estrangeiros. Os resultados refletem a perceção de falta de condenações em processos de corrupção. E é também o principal indicador para a corrupção no setor público, oferecendo uma análise anual de como este fenómeno criminal é entendido em cada país.



No mundo

Os menos corruptos

POSIÇÃO	PAÍS/TERRITÓRIO	CLASSIF.
1.º	Dinamarca	92
2.º	Nova Zelândia	91
3.º	Finlândia	89
4.º	Suécia	87
5.º	Noruega	86

Os mais corruptos

POSIÇÃO	PAÍS/TERRITÓRIO	CLASSIF.
171.º	Sudão do Sul	15
172.º	Afganistão	12
173.º	Sudão	11
174.º	Coreia do Norte	8
174.º	Somália	8

do às restrições financeiras que atravessam. "No que respeita à UNCC, a unidade encontra-se dotada dos meios técnicos e humanos que lhe têm permitido desenvolver com êxito importantes e complexas investigações no âmbito da corrupção, como aliás tem sido frequentemente noticiado", explica Pedro do Carmo, diretor nacional adjunto da PJ. "Esta unidade foi reforçada em fevereiro de 2012 e, na mesma altura, foram igualmente reforçadas todas as secções regionais de combate à

corrupção". Porém, a Comissão Europeia lembra que o exercício efetivo da ação penal nos casos de corrupção de alto nível continua a ser um desafio para as autoridades portuguesas. O relatório publica o que sugere que Portugal assegure que as autoridades coercivas, o Ministério Público e os tribunais estejam bem preparados para lidar eficazmente com os processos de corrupção complexos. E aconselha que sejam tomadas mais medidas preventivas "contra as práticas de corrupção no finan-

ciamento dos partidos e estabelecidos códigos de conduta aplicáveis aos funcionários públicos eleitos, realizados esforços suplementares para responder aos conflitos de interesses e para divulgar o património dos funcionários a nível local". Otem foram divulgados os resultados do barómetro da organização Transparência Internacional relativo a este ano, que revelou que Portugal se classificou em 31.º lugar na perceção da corrupção no setor público em 2014 (*ver infografia*).

João Paulo Batalha, diretor executivo da ONG em Portugal, explicou que "os escândalos recentes revelam bem a fragilidade de Portugal", referindo-se à Operação Labirinto e à investigação que envolve o ex-primeiro ministro José Sócrates. "Temos um ano para provar que o nosso país está empenhado em combater a corrupção, dando à justiça os meios necessários para atuar e criando mecanismos de integridade pública que assegurem uma economia mais limpa", concluiu.

Fonte: Transparency International 2014 - Infografia DN